

Relatório de Pagamentos a Governos

(tradução livre do original em inglês)

para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024



Glossário

Glossário de termos utilizados neste Relatório sobre Pagamentos a Governos (o “Relatório”). Os seguintes termos são definidos da seguinte maneira:

ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CSR	Pagamentos de responsabilidade social e comunitária (<i>Community and social responsibility payments</i>)
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IFRS	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i>)
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A., empresa estatal brasileira que atua como gestora de contratos e representa os interesses do Governo Federal Brasileiro nos contratos de partilha de produção.
SEC	Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (<i>The United States Securities and Exchange Commission</i>)
SIN	<i>Servicio de Impuestos Nacionales</i> (Autoridade Tributária Boliviana)
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i> , empresa estatal boliviana que atua como gestora de contratos e representa os interesses do governo federal boliviano nos contratos de partilha de produção.

Base para Preparação - Relatório sobre Pagamentos a Governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

Este Relatório fornece uma visão consolidada dos pagamentos a governos feitos pela Petrobras e suas subsidiárias (doravante referidas como “Petrobras” ou “Companhia”) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme exigido pela Regulação “Disclosure of Payments by Resource Extraction Issuers” da SEC dos EUA.

Definições

Entidades reportadas

Este Relatório inclui pagamentos a governos feitos pela Petrobras e entidades sob seu controle, de acordo com as IFRS. Pagamentos feitos por entidades que não estão sob o controle da Petrobras não estão incluídos neste Relatório.

Atividades

Pagamentos feitos pela Petrobras a governos decorrentes de atividades envolvendo a exploração, extração, processamento e exportação de petróleo, gás natural ou a aquisição de uma licença para qualquer dessas atividades são divulgados neste Relatório.

Governo

Governo inclui qualquer governo nacional, bem como qualquer departamento, agência ou instrumentalidade de um governo nacional, ou uma empresa com pelo menos maioria de participação do governo nacional. Também inclui governos subnacionais, como estados (no Brasil) e departamentos (na Bolívia).

Projetos

Os pagamentos são reportados no nível de projeto, exceto aqueles que não são atribuíveis a um projeto específico, que são reportados no nível da entidade. Projeto é definido usando os seguintes fatores: (i) tipo de recurso sendo comercialmente desenvolvido, (ii) método de extração e (iii) principal jurisdição política subnacional onde o desenvolvimento comercial do recurso está ocorrendo. Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção (“E&P”), utilizando o método de extração por poços.

Segmentos

Este Relatório inclui pagamentos feitos pelo segmento de E&P da Petrobras.

E&P: Este segmento abrange as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, com o principal objetivo de abastecer as refinarias domésticas da Petrobras. O segmento de E&P também opera por meio de parcerias com outras empresas, incluindo participações societárias em empresas deste segmento no exterior.

Royalties

Royalties são pagamentos feitos pelo direito de extrair petróleo e gás. No Brasil, os Royalties são estabelecidos em contratos de óleo e gás a uma taxa que varia de 5% a 15% da receita bruta com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pela ANP em seus atos normativos. Ao estabelecer as taxas de royalties, a ANP também considera os riscos geológicos e os níveis de produtividade esperados para cada concessão. A maior parte da produção de petróleo bruto da Companhia atualmente paga a taxa máxima de royalties.

Os pagamentos desse tipo também incluem Participações Especiais, que variam de 0% a 40% da receita líquida da produção de campos que apresentam altos volumes de produção ou rentabilidade, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação aplicável. O cálculo considera a receita bruta de cada campo de produção, com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pelo Decreto nº 2.705/1998 e nos atos normativos da ANP, deduzidos dos royalties pagos, investimentos exploratórios, despesas operacionais e ajustes de depreciação e impostos aplicáveis. Em 2024, os pagamentos

dessa participação governamental foram feitos em 12 dos nossos campos: Barracuda, Jubarte, Marlim Leste, Marlim Sul, Roncador e Tartaruga Verde (bacia de Campos - offshore); Berbigão, Sapinhoá, Sururu e Tupi (bacia de Santos - offshore); Leste do Urucu e Rio Urucu (bacia do Solimões - onshore).

Bônus

Os bônus divulgados correspondem ao bônus de assinatura, montantes pagos pelo licitante vencedor ao assinar um contrato de exploração e produção, que podem ser pré-definidos ou oferecidos, sujeitos aos valores mínimos publicados nos editais de licitação.

Taxas

Taxas são pagamentos feitos pela retenção ou ocupação de áreas contratadas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, cuja taxa é estabelecida pela ANP nos respectivos editais de licitação, com base no tamanho, localização e características geológicas do bloco de concessão.

Também incluem pagamentos pela aquisição e manutenção de uma licença ambiental para operar em uma área onde são realizadas atividades extrativas.

Direitos de Produção

Estas são a parcela de produção do governo anfitrião sob o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18, 29(VII). O percentual de produção a ser partilhado com o Governo Federal Brasileiro é definido nos contratos de partilha de produção, nos quais a empresa estatal PPSA representa os interesses do Governo Federal Brasileiro, como parceiro não operador que gerencia esses contratos.

Os direitos de produção são apresentados a valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorizado ao preço médio do Brent do ano, já que os custos históricos não estão razoavelmente disponíveis ou determináveis por projeto.

Impostos

A Companhia não paga impostos sobre o lucro especificamente ao se envolver no desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural. Os pagamentos da Companhia para impostos sobre a renda corporativa são baseados no lucro tributável no nível da entidade legal dentro de uma determinada jurisdição, que inclui a renda obtida de atividades comerciais além daquelas geradas por atividades de extração de recursos.

Dividendos

A Companhia não paga quaisquer dividendos em substituição a participações na produção ou royalties. Esses pagamentos são feitos ao Governo Federal Brasileiro como acionista comum ou ordinário da Petrobras nos mesmos termos que aos outros acionistas. Portanto, esses pagamentos não estão no escopo deste Relatório.

Pagamentos para melhorias de infraestrutura

Esses são pagamentos relacionados à construção de infraestrutura (estrada, ponte ou ferrovia) não substancialmente dedicada ao uso de atividades extrativas e, portanto, não são contabilizados como propriedade, planta e equipamento. Em 2024, não houve pagamento feito a governos relacionado a melhorias de infraestrutura.

Pagamentos de responsabilidade social e comunitária

Esses são pagamentos exigidos por lei ou contrato que, em geral, compreendem pagamentos para apoiar o bem-estar social ou econômico das comunidades onde os gastos são feitos.

Parcerias

Quando a Companhia faz um pagamento diretamente a um governo decorrente de uma parceria, sempre que a Petrobras é a operadora, o valor total pago é divulgado, mesmo quando a Petrobras, como operadora, é proporcionalmente reembolsada por seus parceiros não operadores do empreendimento.

Moedas usadas para fazer os pagamentos e Taxa de câmbio

Os pagamentos no Brasil são feitos em Reais e os pagamentos na Bolívia são feitos em Bolivianos. Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024 (Real Brasileiro/Dólar Americano 6,19 e Boliviano/Dólar Americano 6,96).

Divulgação por Projeto

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, por projeto e tipo de pagamento.

Projeto ⁽¹⁾								
Bacia	Principal jurisdição política subnacional	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil ⁽³⁾		9,962,579	18,797	2,337,038	–	42,449	43,047	12,403,910
Offshore								
Santos	Rio de Janeiro	8,022,401		2,247,693		8,490	28,954	10,307,538
Campos	Rio de Janeiro	805,921		872		21,762	13,144	841,699
Campos	Espírito Santo	628,825				2,056		630,881
Santos	São Paulo	387,827		88,473		2,238		478,538
Pelotas	Rio Grande do Sul		18,797					18,797
Sergipe	Sergipe					1,604		1,604
Potiguar	Rio Grande do Norte	695				803		1,498
Camamu	Bahia	399				104	245	748
Espírito Santo	Espírito Santo					163	462	625
Pará-Maranhão	Pará					432		432
Ceará	Ceará					281		281
Barreirinhas	Maranhão					217		217
Santos	Santa Catarina						195	195
Foz do Amazonas	Amapá					104	47	151
Onshore								
Solimões basin	Amazonas	81,229				304		81,533
Recôncavo basin	Bahia	22,581				503		23,084
Potiguar basin	Rio Grande do Norte					3,276		3,276
Paraná basin	Paraná					112		112
Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾								
Petróleo Brasileiro S.A.		12,701						12,701
Bolívia ⁽³⁾		–	1,428	–	1,680	–	–	3,108
Terra								
Bloque San Antonio	Tarija		441		1			442
XX Tarija Oeste	Tarija		319					319
Colpa Caranda	Santa Cruz		292					292
Bloque San Alberto	Tarija		224					224
San Telmo Norte	Santa Cruz		152					152
Pagamento no nível da entidade ⁽⁵⁾								
Petrobras Bolívia S.A.					1,679			1,679
Total		9,962,579	20,225	2,337,038	1,680	42,449	43,047	12,407,018

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024 (Real brasileiro/Dólar Americano 6,19 e Boliviano/Dólar Americano 6,96).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes royalties referem-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.

(5) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes impostos incidem sobre a receita de vendas no nível corporativo.

Divulgação por Governo

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, por governo e tipo de pagamento.

	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil ⁽¹⁾	9,962,579	18,797	2,337,038	-	42,449	43,047	12,403,910
STN	9,962,579						9,962,579
PPSA ⁽²⁾			2,337,038				2,337,038
ANP		18,797			38,711		57,508
ICMBio						43,047	43,047
IDEMA					3,173		3,173
Ibama					565		565
Bolívia ⁽¹⁾	-	1,428	-	1,680	-	-	3,108
SIN				1,680			1,680
YPFB		1,428					1,428
Total	9,962,579	20,225	2,337,038	1,680	42,449	43,047	12,407,018

(1) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024 (Real brasileiro/Dólar Americano 6,19 e Boliviano/Dólar Americano 6,96).

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

Divulgação dos Detalhes dos Pagamentos

A tabela abaixo fornece os detalhes dos pagamentos feitos a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

País	Projeto ⁽¹⁾			Tipo de pagamento	Recebedor ⁽²⁾	Valor ⁽³⁾
	Bacia	Principal jurisdição política subnacional	Onshore/ Offshore			
Brasil	Santos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	8,022,401
Brasil	Santos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	2,247,693
Brasil	Campos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	805,921
Brasil	Campos basin	Espírito Santo	Offshore	Royalties	STN	628,825
Brasil	Santos basin	São Paulo	Offshore	Royalties	STN	387,827
Brasil	Santos basin	São Paulo	Offshore	Direitos de produção	PPSA	88,473
Brasil	Solimões basin	Amazonas	Onshore	Royalties	STN	81,229
Brasil	Santos basin	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	28,954
Brasil	Recôncavo basin	Bahia	Onshore	Royalties	STN	22,581
Brasil	Campos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	21,548
Brasil	Pelotas basin	Rio Grande do Sul	Offshore	Bonuses	ANP	18,797
Brasil	Campos basin	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	13,144
Brasil	Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾			Royalties	STN	12,701
Brasil	Santos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	8,443
Brasil	Potiguar basin	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	IDEMA	3,173
Brasil	Santos basin	São Paulo	Offshore	Taxas	ANP	2,149
Brasil	Campos basin	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	1,990
Brasil	Sergipe basin	Sergipe	Offshore	Taxas	ANP	1,604
Brasil	Campos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	872
Brasil	Potiguar basin	Rio Grande do Norte	Offshore	Taxas	ANP	803
Brasil	Potiguar basin	Rio Grande do Norte	Offshore	Royalties	STN	695
Brasil	Espírito Santo basin	Espírito Santo	Offshore	CSR	ICMBio	462
Brasil	Recôncavo basin	Bahia	Onshore	Taxas	ANP	444
Brasil	Pará-Maranhão basin	Pará	Offshore	Taxas	ANP	432
Brasil	Camamu basin	Bahia	Offshore	Royalties	STN	399
Brasil	Solimões basin	Amazonas	Onshore	Taxas	ANP	295
Brasil	Ceará basin	Ceará	Offshore	Taxas	ANP	281
Brasil	Camamu basin	Bahia	Offshore	CSR	ICMBio	245
Brasil	Barreirinhas basin	Maranhão	Offshore	Taxas	ANP	217
Brasil	Campos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	214
Brasil	Santos basin	Santa Catarina	Offshore	CSR	ICMBio	195
Brasil	Espírito Santo basin	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	159
Brasil	Paraná basin	Paraná	Onshore	Taxas	ANP	112
Brasil	Foz do Amazonas basin	Amapá	Offshore	Taxas	ANP	104
Brasil	Camamu basin	Bahia	Offshore	Taxas	ANP	104
Brasil	Santos basin	São Paulo	Offshore	Taxas	IBAMA	89
Brasil	Potiguar basin	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	IBAMA	78
Brasil	Campos basin	Espírito Santo	Offshore	Taxas	IBAMA	66
Brasil	Recôncavo basin	Bahia	Onshore	Taxas	IBAMA	59
Brasil	Santos basin	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	47
Brasil	Foz do Amazonas basin	Amapá	Offshore	CSR	ICMBio	47
Brasil	Potiguar basin	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	ANP	25
Brasil	Solimões basin	Amazonas	Onshore	Taxas	IBAMA	9
Brasil	Espírito Santo basin	Espírito Santo	Offshore	Taxas	IBAMA	4
Bolívia	Pagamento no nível da entidade ⁽⁵⁾			Impostos	SIN	1,679
Bolívia	Bloque San Antonio	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	441
Bolívia	XX Tarija Oeste	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	319
Bolívia	Colpa Caranda	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	292
Bolívia	Bloque San Alberto	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	224
Bolívia	San Telmo Norte	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	152
Bolívia	Bloque San Antonio	Tarija	Onshore	Taxes	SIN	1
Total						12,407,018

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024 (Real brasileiro/Dólar Americano 6,19 e Boliviano/Dólar Americano 6,96).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes royalties referem-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.

(5) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes impostos incidem sobre a receita de vendas no nível corporativo.